

28/03/2017

PRIMEIRA TURMA

MANDADO DE SEGURANÇA 33.424 DISTRITO FEDERAL

RELATOR	: MIN. MARCO AURÉLIO
IMPTE.(S)	: MARIA HELENA MALLMANN
ADV.(A/S)	: ALBERTO PAVIE RIBEIRO E OUTRO(A/S)
IMPDO.(A/S)	: TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
ADV.(A/S)	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

PODER JUDICIÁRIO – CARGOS – DESLOCAMENTO – ABONO DE PERMANÊNCIA. A ocupação de novo cargo dentro da estrutura do Poder Judiciário, pelo titular do abono de permanência, não implica a cessação do benefício.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal em rejeitar a preliminar, deferir a ordem e declarar o prejuízo do agravo regimental no mandado de segurança, nos termos do voto do relator e por unanimidade, em sessão presidida pelo Ministro Marco Aurélio, na conformidade da ata do julgamento e das respectivas notas taquigráficas.

Brasília, 28 de março de 2017.

MINISTRO MARCO AURÉLIO – PRESIDENTE E RELATOR

28/03/2017

PRIMEIRA TURMA

MANDADO DE SEGURANÇA 33.424 DISTRITO FEDERAL

RELATOR	: MIN. MARCO AURÉLIO
IMPTE.(S)	: MARIA HELENA MALLMANN
ADV.(A/S)	: ALBERTO PAVIE RIBEIRO E OUTRO(A/S)
IMPDO.(A/S)	: TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
ADV.(A/S)	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

RELATÓRIO

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (RELATOR) – O assessor Dr. Paulo Timponi Torrent assim revelou as balizas do caso:

Maria Helena Mallmann insurge-se contra a decisão colegiada nº 3.445/2013, por meio da qual o Tribunal de Contas da União definiu as balizas para o pagamento de abono de permanência no âmbito do Poder Judiciário federal.

Consoante narra, no ato impugnado, determinou-se que os tribunais federais observassem o requisito do tempo mínimo de 5 anos no cargo, de carreira ou isolado, para o implemento do benefício, em consonância com o § 19 do artigo 40 da Carta da República.

Destaca a existência de comunicação enviada pelo Órgão de fiscalização aos tribunais federais, para que procedam à adequação do pagamento do abono de permanência a esses parâmetros.

Informa ter tomado posse como Ministra do Tribunal Superior do Trabalho após o exercício da função de Juíza do Tribunal Regional do Trabalho até dezembro de 2014, onde recebia, além do subsídio correspondente, o valor de 11% relativo à mencionada parcela. Sustenta que deveria continuar a percebê-la, porquanto ainda ocupa cargo público no Poder

MS 33424 / DF

Judiciário.

Menciona anterior entendimento do Tribunal de Contas no sentido de que a isenção de contribuição previdenciária – instituto substituído pelo abono de permanência com o advento da Emenda Constitucional nº 41/2003 – dependeria do cumprimento de apenas dois requisitos: o preenchimento das exigências para a aposentadoria voluntária integral e a permanência na atividade.

Consoante argumenta, em outras deliberações, o Órgão de Contas, ao enfrentar a temática da isenção de contribuição previdenciária, adotou a óptica de que a Lei Fundamental não exigia a prestação dos 5 anos de judicatura diretamente no Tribunal onde o magistrado exercia as funções, mas no ramo do Poder Judiciário que integra.

Aponta injustificável a mudança de orientação no tocante ao abono de permanência, uma vez resultante de interpretação equivocada do artigo 40, § 1º, inciso III, da Constituição Federal.

Enfatiza a necessidade de emprestar-se à expressão “cinco anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria” abordagem que considere a estrutura do Poder Judiciário como um todo. Aludindo ao inciso V do artigo 93 do Diploma Maior, assinala a vinculação direta e vertical entre o subsídio dos Ministros do Supremo e os dos demais juízes, aspecto a reforçar o caráter nacional do Poder da República.

Defende a garantia da irredutibilidade da remuneração do magistrado que venha a evoluir na estrutura do Poder Judiciário. Requer, sucessivamente, a manutenção do recebimento de valores correspondentes ao cargo no qual poderia ter se aposentado, até o advento dos 5 anos exigidos pelo inciso III do § 1º do artigo 40 do Documento Básico.

MS 33424 / DF

Acrescentando fundamento autônomo, alega mostrar-se inobservável, no caso concreto, a nova orientação, em virtude de o Tribunal Superior do Trabalho ter sido formalmente comunicado em data posterior à respectiva posse como Ministra. Segundo enfatiza, os artigos 179 e 183 do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União consagram a regra geral no sentido do início da fluência dos prazos a partir da notificação do destinatário.

Evoca o princípio da segurança. Informa o implemento dos parâmetros veiculados na decisão colegiada nº 3.445/2014, mediante ato administrativo de 13 de janeiro de 2015, acarretando redução real do valor da remuneração.

Vossa Excelência, em 23 de fevereiro de 2015, acolheu o pedido de medida acauteladora, determinando a suspensão dos efeitos do pronunciamento impugnado, até o julgamento final do mandado de segurança.

Contra essa decisão, a União interpôs agravo regimental. A impetrante, em contraminuta, defende a manutenção da liminar.

Em informações, o Tribunal de Contas da União sustenta, preliminarmente, o não cabimento do mandado de segurança, ante o caráter genérico do ato atacado, surgindo pertinente o verbete nº 266 da Súmula do Supremo. Afirma, no mérito, o atendimento às balizas fixadas na Carta Federal, especialmente àquelas surgidas com o advento das Emendas Constitucionais nº 20/1998, nº 41/2003 e nº 47/2005. Diz da ocorrência de evolução da legislação constitucional, acompanhada pelo Órgão de fiscalização. Aponta a falta dos requisitos para o implemento da medida de urgência.

O Ministério Público Federal, aludindo aos efeitos concretos da decisão questionada, contrapõe-se ao pleito de

MS 33424 / DF

extinção do processo, considerada a suposta impropriedade do mandado de segurança. Articula com a vinculação entre o cargo de Juíza do Tribunal Regional do Trabalho e o de Ministra do Tribunal Superior do Trabalho. Defende o direito ao recebimento do abono de permanência, independentemente da contagem de 5 anos na atual atividade. Opina no sentido do deferimento da segurança, consignando o caráter uno e indivisível da magistratura, a amparar a óptica sustentada na peça vestibular.

É o relatório.

28/03/2017**PRIMEIRA TURMA****MANDADO DE SEGURANÇA 33.424 DISTRITO FEDERAL****VOTO**

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (RELATOR) – Improcede a óptica defendida pelo impetrado, nas informações, relacionada ao não cabimento do mandado de segurança. Surge impróprio falar em eficácia genérica da decisão impugnada. Neste processo, discute-se situação de Ministra do Tribunal Superior do Trabalho cujos subsídios foram reduzidos. A deliberação do Órgão de Contas possui efeitos concretos.

Percebam as balizas objetivas reveladas. O Tribunal de Contas da União conferiu interpretação ao § 19 do artigo 40 da Carta da República que implicou a glosa do valor correspondente ao abono de permanência recebido pela impetrante. Entendeu ser necessário o preenchimento do requisito de tempo mínimo de 5 anos no cargo, de carreira ou isolado, tanto para o deferimento de aposentadoria como para o recebimento do mencionado benefício.

Com a decisão, o Órgão coator desconsiderou o caráter uno e indivisível do Poder Judiciário nacional, conforme se extrai do disposto nos artigos 92 e seguintes do Diploma Maior. A interpretação do preceito constitucional que rege a concessão do abono não prescinde desse elemento informador, indicativo da ocupação de novo cargo também contido na estrutura do Poder Judiciário.

Importa destacar a composição do citado Tribunal, a qual alcança Juízes dos Tribunais Regionais do Trabalho, na forma do artigo 111-A, inciso II, da Constituição Federal. O deslocamento verificado não pode resultar em prejuízo para a beneficiada, valendo notar a natureza do abono – incentivo à permanência em atividade por aqueles que já preencheram as condições para a aposentadoria. Eis a inteligência do artigo 40, § 19, da Carta da República, que tem a seguinte redação:

§ 19. O servidor de que trata este artigo que tenha completado as exigências para aposentadoria voluntária

MS 33424 / DF

estabelecidas no § 1º, III, a, e que opte por permanecer em atividade fará jus a um abono de permanência equivalente ao valor da sua contribuição previdenciária até completar as exigências para aposentadoria compulsória contidas no § 1º, II.

Defiro a ordem para afastar, em relação à impetrante, os efeitos da decisão colegiada nº 3.445/2014, do Tribunal de Contas da União.

Declaro o prejuízo do agravo regimental protocolado pela União.

28/03/2017

PRIMEIRA TURMA

MANDADO DE SEGURANÇA 33.424 DISTRITO FEDERAL

ANTECIPAÇÃO AO VOTO

O SENHOR MINISTRO ALEXANDRE DE MORAES - Senhor Presidente, eu vou juntar voto por escrito, mas, para celeridade, acompanho Vossa Excelência, lembrando que, no caso específico ainda do Poder Judiciário - porque se trata aqui de uma integrante da Justiça do Trabalho -, na ADI nº 3.367, relator Ministro Cezar Peluso, quando se analisou a questão do Conselho Nacional de Justiça, o Tribunal reafirmou o caráter unitário do Poder Judiciário. Então, a meu ver, seria um ônus aquele membro do Poder Judiciário, o magistrado, que quer continuar exercendo suas funções, ter uma ascensão na carreira para um tribunal superior, e acabar perdendo algo que já estava usufruindo, como, no caso, o abono de permanência.

Então, por essas razões - que, como disse, junto por escrito -, acompanho Vossa Excelência.

MANDADO DE SEGURANÇA 33.424 DISTRITO FEDERAL

RELATOR	: MIN. MARCO AURÉLIO
IMPTE.(S)	: MARIA HELENA MALLMANN
ADV.(A/S)	: ALBERTO PAVIE RIBEIRO E OUTRO(A/S)
IMPDO.(A/S)	: TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
ADV.(A/S)	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

VOTO

O SENHOR MINISTRO ALEXANDRE DE MORAES: Trata-se de mandados de segurança impetrados contra o mesmo ato do TCU (Acórdão 3.445/2013), que, em determinação dirigida aos Tribunais Federais (STF, STJ, TSE, TST, STM, TJDFT e TRFs), modificou os parâmetros para o pagamento do abono de permanência previsto no art. 40, § 19, CF (incluído pela EC 41/2003).

O ponto central que distingue os dois casos é a natureza coletiva do MS 33.456. Inclusive, a Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho ANAMATRA participa dos dois processos e reproduz na ação coletiva as teses já apresentadas na impetração individual.

No MS 33.424, a impetrante é Ministra do TST desde 2014, sendo originária do TRT da 4ª Região, onde permaneceu por 8 anos (de 2001 até 2014). Ainda na qualidade de Desembargadora do TRT da 4ª Região, adimpliu os requisitos para a aposentadoria voluntária e optou por permanecer em atividade, passando a receber, além dos subsídios, 11% a título de abono de permanência. No entanto, a partir de 13 de janeiro de 2015, a referida parcela foi excluída da sua folha de pagamento (petição inicial, fl. 18).

Essencialmente, segundo o novo entendimento do TCU, a legitimidade do pagamento do abono de permanência estaria condicionada ao *preenchimento do requisito de tempo mínimo de cinco anos no cargo, independentemente de ser de carreira ou isolado, tanto para a concessão de aposentadoria quanto de abono de permanência, em consonância com o que dispõe a Constituição Federal (art. 40) e as Emendas Constitucionais 20/1998, 41/2003 e 47/2005.*

MS 33424 / DF

Em contraposição, a impetrante defende, em síntese, que: (a) o ato coator resulta de interpretação equivocada do Art. 40, § 1º, III, da CF; (b) o próprio TCU já considerou suficiente *para a isenção de contribuição previdenciária (instituto substituído pelo abono de permanência com o advento da Emenda Constitucional 41/2003) o cumprimento de apenas dois requisitos: (1) o preenchimento das exigências para a aposentadoria voluntária integral e (2) a permanência na atividade;* (c) a expressão cinco anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria deve considerar a estrutura do Poder Judiciário, nos termos do art. 93, V, CF; (d) *no âmbito da Justiça da União, como é a Justiça do Trabalho, haveria uma redução da remuneração em 6%, porque a diferença entre as instâncias é de 5% e a perda do abono de permanência seria de 11% (11 5 = 6) (fl.14) ;* (e) é vedada a aplicação retroativa de nova interpretação, em atenção ao art. 2º, XIII, Lei 9.784/1999. Ao final, a impetrante requer a concessão da ordem para garantir o *direito ao abono permanência sobre o valor do subsídio de Ministra do TST, ou, na hipótese de não ser reconhecido esse direito, sucessivamente (CPC, art. 289), reconhecer a existência do direito ao abono de permanência pelo menos sobre o valor do subsídio de Desembargador do TRT até o cumprimento de 5 anos no cargo de Ministro do TST* (petição inicial, fl. 20). Nos dois processos a medida liminar foi deferida e a Procuradoria Geral da República opinou pela concessão da ordem.

É o relato do essencial.

Inicialmente, entendo que não subsiste a preliminar de ilegitimidade ativa suscitada pela União no mandado de segurança coletivo. A Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho – ANAMATRA demonstrou atender aos requisitos próprios do art. 21 da Lei 12.016/2009. Inclusive, conforme já registrei em obra doutrinária, “*não se exige, tratando-se de segurança coletiva, da autorização expressa aludida no inc. XXI do art. 5º da CF, que contempla hipótese de representação e não de substituição processual. Ressalta-se que, diversamente do ocorrido em relação ao mandado de segurança coletivo, a legitimidade ativa das entidades associativas para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente, prevista no art. 5º, XXI, da CF, exige autorização expressa para o caso concreto*” (MORAES,

MS 33424 / DF

Alexandre de. *Direito Constitucional*. 33. Ed. São Paulo: Atlas, 2017. p. 180). Nesse mesmo sentido, consolidou-se a jurisprudência desta Corte, reproduzida na Súmula 629 do STF. Ademais, conforme o decidido no do MS 25.561 (Rel. Min. Marco Aurélio) a tese decorrente do julgamento do RE 573.232 RG (Rel. Min. Marco Aurélio) não alcança as ações mandamentais (art. 5º, LXX, b, CF/88).

Igualmente, os documentos estabelecem correlação direta entre o ato coator e a interferência concreta na esfera jurídica da impetrante, o que afasta a incidência da Sumula 266 do STF ao caso.

2. Feitas essas considerações de ordem preliminar a respeito da subsistência das condições necessárias ao prosseguimento do julgamento, quanto a matéria de fundo, o deferimento da medida liminar considerou, essencialmente, a unidade do Poder Judiciário nacional, que foi reafirmada por esta Corte no julgamento da ADI 3.367 (Rel. Min. Cezar Peluso, DJ de 13/7/2006), ocasião em que o Plenário reafirmou o caráter UNITÁRIO do Poder Judiciário, afirmando : “3. PODER JUDICIÁRIO. Caráter nacional. Regime orgânico unitário”.

No citado julgamento, o ilustre relator Min. CEZAR PELUSO ressaltou:

“Porque a jurisdição, enquanto manifestação da unidade do poder soberano do Estado, tampouco pode deixar de ser uma e indivisível, é doutrina assente que o Poder Judiciário tem caráter nacional, não existindo senão por metáforas e metonímias, “Judiciários estaduais” ao lado de um “Judiciário federal”. A divisão da estrutura judiciária brasileira, sob tradicional, mas equivocada denominação, em *Justiças*, é só resultado da repartição nacional do trabalho da mesma natureza entre distintos órgãos jurisdicionais”.

Essa linha de raciocínio é que direciona a concessão do abono de permanência no âmbito da magistratura, conforme estabelece o art. 40, § 19, CF/1988 (incluído pela EC 41/2003):

MS 33424 / DF

§ 19. O servidor de que trata este artigo que tenha completado as exigências para aposentadoria voluntária estabelecidas no § 1º, III, a, e que opte por permanecer em atividade fará jus a um abono de permanência equivalente ao valor da sua contribuição previdenciária até completar as exigências para aposentadoria compulsória contidas no § 1º, II.

Por decorrência lógica, a referência ao § 1º, III, do mesmo artigo 40, também deve ser vista dentro dessa óptica. Esse entendimento conjugado aos precedentes no sentido de que a promoção dentro da mesma carreira, para classe distinta, não renova as exigências do art. 40, § 1º, III, da CF/88, corrobora a violação do direito aqui defendido. Precedentes: AI 759.794 AgR, Rel. Min. Gilmar Mendes, 2ª Turma, DJe 30/11/2010; AI 768.895 AgR e AI 826.127 AgR, ambos de relatoria da Min. Cármen Lúcia, 1ª Turma, DJe de 24/3/2011.

Dessa forma, entendo que o caráter unitário do Poder Judiciário condiciona o recebimento do abono permanência ao preenchimento do requisito de tempo de cinco anos na magistratura, independentemente do cargo ocupado ou de ascensão dentro da própria carreira.

3. Diante do exposto, meu voto é pela concessão da ordem.

28/03/2017

PRIMEIRA TURMA

MANDADO DE SEGURANÇA 33.424 DISTRITO FEDERAL

VOTO

O SENHOR MINISTRO LUIZ FUX - Senhor Presidente, eu também o acompanho.

Queria destacar o brilhantíssimo parecer do Doutor Paulo Gonet, que instrui o processo, e, ao mesmo tempo, trazer à colação a lição dos mais destacados comentaristas da reforma da Previdência, professor Fábio Zambitte, professor Leonardo Tavares e professor André Ramos, no sentido de que esse abono é relevantíssimo para a manutenção do adequado funcionamento da máquina administrativa, adiando a saída de pessoas especializadas em seus segmentos e atividades.

Acompanho Vossa Excelência.

PRIMEIRA TURMA

EXTRATO DE ATA

MANDADO DE SEGURANÇA 33.424

PROCED. : DISTRITO FEDERAL

RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO

IMPTE.(S) : MARIA HELENA MALLMANN

ADV.(A/S) : ALBERTO PAVIE RIBEIRO (07077/DF, 0007077/DF) E
OUTRO(A/S)

IMPDO.(A/S) : TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

ADV.(A/S) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

Decisão: A Turma rejeitou a preliminar, deferiu a ordem e declarou o prejuízo do agravo regimental interposto, nos termos do voto do Relator. Unânime. Registrada a presença do Dr. Pedro Gordilho, advogado da Impetrante. Afirmou suspeição a Senhora Ministra Rosa Weber. Não participou, justificadamente, deste julgamento, o Senhor Ministro Luís Roberto Barroso. Presidência do Senhor Ministro Marco Aurélio. Primeira Turma, 28.3.2017.

Presidência do Senhor Ministro Marco Aurélio. Presentes à Sessão os Senhores Ministros Luiz Fux, Rosa Weber, Luís Roberto Barroso e Alexandre de Moraes.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Paulo Gustavo Gonet Branco.

Carmen Lilian Oliveira de Souza
Secretária da Primeira Turma